

DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.v3n10p199-213>

INTERESPAÇO

Revista de Geografia e Interdisciplinaridade

A GEOGRAFIA MILITAR NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

MILITARY GEOGRAPHY IN THE BRAZILIAN AMAZON

LA GEOGRAFÍA MILITAR EN AMAZONIA BRASILEÑA

Wendell Teles de Lima

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga da Universidade do Estado do Amazonas – UEA.
wendelltelesdelima@gmail.com

Ana Maria Libório Oliveira

Mestra em Estudos Amazônicos pela Universidad Nacional de Colombia – UNAL. Professora do Instituto Federal de Brasília – IFB.
analiborio@gmail.com

Marcelo Lacortt

Mestre em Engenharia pela Universidade de Passo Fundo. Professor do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga da Universidade do Estado do Amazonas – UEA.
lacortt@upf.br

Iaticara Oliveira da Silva

Doutoranda em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Professora do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga da Universidade do Estado do Amazonas – UEA.
iaticara@gmail.com

Sebastião Perez de Souza

Especialista em Psicopedagogia. Prefeitura Municipal de Tabatinga.
wendelltelesdelima@gmail.com

Recebido para avaliação em 29/10/2017; Aceito para publicação em 13/12/2017.

RESUMO

Nascida na geografia do comércio, a geografia militar tem sua origem, assim como o conhecimento geográfico, com a presença humana na superfície, através de sua forma mais concreta, pelos mapas desenhados em cavernas pelo homem. Nesse sentido, existe uma geografia militar dentro da análise geográfica. Tendo em vista essa problemática, ter-se-á como análise a sua localização temporal e a sua existência e importância para a Amazônia. Portanto, existe uma geografia militar e ela se diferencia da geopolítica, não é, pois, sinônima desta. A propósito, diante de uma geografia militar, pretendeu-se examinar as formas de existência por meio das questões amazônicas. A metodologia será baseada em estudos teóricos, que serviram para fundamentar e justificar a sua existência, ou seja, feito por meio de uma pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Geografia Militar; Geoestratégia; Amazônia.

ABSTRACT

Been born with the geography of the trade the military geography has its origin as well as the geographical knowledge with the human presence in the surface through its more concrete form by

the maps drawn in caves by the man, in this sense that form exists a military geography inside the analyzes geographical, having in mind this problematic will have as it analyze its temporal location and in the second its existence and importance for Amazon, therefore, our objective will be direcionared by demonstrates that there is a military geography and that she differentiates from the geopolitics, therefore, not being synonymous of the same to analyze the existence forms through the amazon matters in front of a military geography the methodology will be based on theoretical that served of base for to justify its existence, therefore, done through an analysis of a bibliographical research.

Keywords: Military Geography; Geostrategy; Amazon.

RESUMEN

Nacida en la geografía del comercio, la geografía militar tiene su origen, así como el conocimiento geográfico con la presencia humana en la superficie a través de su forma más concreta por los mapas dibujados en cuevas por el hombre. En ese sentido, existe una geografía militar dentro del análisis geográfico, teniendo en vista esta problemática se tendrá como análisis su ubicación temporal y un segundo análisis en su existencia e importancia para la Amazonia. Por lo tanto, los objetivos orientados demuestran que existe una geografía militar y que ella se diferencia de la geopolítica, siendo así, no siendo sinónimo de la misma analizar las formas de existencia por medio de las cuestiones amazónicas ante una geografía militar. La metodología se basará en teóricos que sirvieron para fundamentar y justificar su existencia, por consiguiente, hecha por medio de un análisis de una investigación bibliográfica.

Palabras clave: Geografía Militar; Geoestrategia; Amazônia.

INTRODUÇÃO

Nascida na geografia do comércio, a Geografia Militar tem sua origem de proto conhecimento, assim como o conhecimento geográfico, com a presença humana na superfície, por meio de sua forma mais concreta, pelos mapas desenhados em cavernas. Isso porque as estratégias de guerra ocorriam entre as tribos, e o próprio nomadismo do homem o obrigava a pensar os lugares através de sua logística (conjunto de possibilidades) e recursos existentes.

Sua oficialização na época moderna ocorreu antes da institucionalização da Geografia Política e Geopolítica, apesar de ser eclipsada por esses ramos do conhecimento como um apêndice, restrita apenas a assuntos de interesses militares. O resultado é sua redução ou quase desaparecimento no segmento geográfico acadêmico, entretanto sua importância continua nos dias atuais, aliás, nunca deixou de ter importância em uma análise espacial.

Nesse panorama, busca-se, neste trabalho, responder se existe uma Geografia Militar dentro de uma análise geográfica. A par dessa problemática, ter-se-á como ponto de partida a sua localização temporal e, no segundo momento, a análise de sua existência e importância para a Amazônia.

A metodologia será baseada em uma pesquisa bibliográfica, fazendo uso de artigos científicos, de revistas eletrônicas, teses, dissertação e livros acadêmicos, que subsidiam a temática. O método adotado é o analítico crítico, com foco na região amazônica como área de manobra militar para as demandas das Forças Armadas.

Compreender esse fato é desvendar o véu existente por parte do desconhecimento de teóricos, sobretudo na área de geografia, acerca da ascensão de uma Geografia Militar. De fato, seu fortalecimento ainda se faz presente nas análises territoriais atuais sobre a Amazônia, portanto este trabalho objetiva ser uma contribuição inicial nesse panorama.

A EXISTÊNCIA DE UMA GEOGRAFIA MILITAR

Nosso estudo não pode deixar passar despercebido o debate em torno do seguinte ponto: a Geografia Militar realmente existiu? De acordo com Paula Cidade (1959), ela pode ser proporcionada no contexto da literatura militar diante das preocupações geográficas com a logística intrincada, a estratégia espacial de fixação, o deslocamento, a manutenção de tropas relacionadas ao terreno na ação militar.

Para Ribeiro (2010), localizar essa origem é adentrar no terreno da geo-história que a identifica na construção do território e, ao mesmo tempo, no uso de uma geografia com a finalidade militar, portanto uma geografia militar diferente de uma geografia política ou geopolítica com suas congêneres. Possui um caráter belicista, pragmático, instrumental e aproxima-se dos militares pelo seu caráter usual.

Ainda de acordo com Ribeiro (2015), as modalidades de ensino denominadas Geografia Médica, Geografia Comercial, Geografia Militar existiriam anteriormente à Geografia Política do geógrafo alemão Friedrich Ratzel. Dessa forma, por que esse ramo do conhecimento então não logrou êxito entre os demais e na academia? A resposta para essa questão está relacionada a sua instrumentalização. Conforme as colocações de Ribeiro (2015), pode-se chegar às seguintes considerações parciais, a aproximação íntima com a ciência militar determinou o distanciamento das reflexões mais acadêmicas, resultando no afastamento dos geógrafos, na maior aproximação com os militares e sua hegemonia nos ramos desse conhecimento ao longo da história.

Para Ribeiro (2015), a Geografia Militar foi, ao longo do tempo, reduzida a uma técnica, entretanto ressalta que ela é um ramo independente da ciência militar, mesmo sendo utilizada por esta. À luz dos aspectos gerais e regionais dos terrenos, o grau de complexidade de sua análise é bastante vasto.

Em termos de vastidão das novas problemáticas colocados para a Geografia Militar, tem-se o avanço tecnológico modificando toda uma dinâmica centrada em guerras de solo, guerrilhas que mudam com o alcance do arsenal bélico a abrangência das armas, que podem atingir distantes territórios. Novas formas de atuação, através do desenvolvimento tecnológico armamentista, constituem novas formas de pensar uma Geografia Militar mundial.

Segundo Boulanger (2002), a formação da Geografia Militar moderna ocorreu no século XIX, e seu desenvolvimento ocorrera com o desenvolvimento das técnicas e estratégias militares. Convém destacar que esse feito foi realizado pelas geografias dos generais ao longo do desenvolvimento das necessidades dos Estados, da guerra e na luta pela hegemonia do mundo entre as potências.

A Geografia Militar moderna, consoante Weigert (1944), teve grande contribuições, embora, muitas vezes, não seja reconhecida pelo meio acadêmico. A figura do general Karl Haushofer ultrapassou não apenas a propagação da geopolítica pelo mundo, o seu papel incide na geografia militar

Pasaron dos años desde que Haushofer cambió el uniforme de mayor general por la troga y el birrete hasta que llegó a ser professor de la universidad de Munich. Su campo, medido por las reglas tradicionales de lon departamento universitarios, era tan inusitado como amplio. El liecho raro de que un antiguo general diera cursos de geografía política e historia militar hizo pronto de Haushofer la atraccion mayor de la universidad (WEIGERT, 1944, p. 67).

Conforme esse pensamento, a Geografia Militar serve como base e tem como caracterização sua aplicabilidade em determinados cenários. Já sua preocupação se assenta na logística, na leitura do terreno para as ações militares projetadas, nas preocupações relacionadas às atividades das forças armadas e sua operacionalização.

Para Peltier e Percy (1966), apud Ribeiro (2010, p. 28), a Geografia Militar é sinônimo de geoestratégia, é baseada nos seguintes elementos: acessibilidade, mobilidade, visibilidade, comunicabilidade, disponibilidade e vulnerabilidade. Tais elementos compõem as preocupações da logística, que acaba por subsidiar outras áreas do conhecimento. Por outro lado, a complexidade de temas e os interesses envolvidos nesse ramo de conhecimento afastaram-no do interesse dos geógrafos.

Peltier e Percy, (1966) apud Ribeiro (2010, p. 28), asseveram que a Geografia Militar é antecessora da geografia política. Ou seja, é uma forma antiga de conceber a ciência espacial. Apesar da recusa dos geógrafos no decorrer de sua evolução, essa

perspectiva concebia o território como um aparato de pontos estratégicos para sua proteção, resultando em seu caráter militar.

Lacoste (1988) já apontava, em sua obra *Geografia Isso Serve Em Primeiro Lugar para Fazer a Guerra*, que uma das essências da geografia era o Estado Maior.

[...] é importante, hoje, mais do que nunca, estar atento a esta função política e militar da geografia, que é sua desde o início. Nos dias atuais, ela se amplia e apresenta novas formas, por força não só do desenvolvimento dos meios tecnológicos de destruição e de informação, como também em função dos progressos do conhecimento científico (LACOSTE, 1988, p. 30).

De acordo com Lacoste (1988), a Geografia dos Estados Maiores, cujos representantes são os militares e a classe dirigente, surgiu com os grandes impérios grego e romano, sendo suas características a leitura e a representação de cartas e mapas. Sua finalidade é ser um instrumento de poder. Por essa razão, ela é de interesse militar em função de seu caráter instrumental e pragmático, resultando numa mescla espacial e estratégica.

Vesentini (2003) observa que a Geografia Militar terminou sendo confundida com a geopolítica ao longo de tempo. Isso ocorreu porque a geopolítica era, desde o início, importante para os militares, daí sua importância geoestratégica.

É lógico que a estratégia tem uma dimensão espacial (quem e como vai comandar uma tropa, por exemplo, ou como se dará a renovação tecnológica dos armamentos) e uma parte ou dimensão espacial (onde vai ficar estacionada tal ou qual tropa, para onde ela vai se deslocar etc.); essa dimensão espacial da estratégia é a geoestratégia (VESENTINI, 2003, p. 10).

De acordo com Costa (2010), os problemas relacionados à segurança e à geoestratégia sempre fizeram parte das preocupações militares, antes mesmo da entrada, no Brasil, da Geopolítica, que, inclusive, foi inserida por aquela. Entretanto, chegada da Geografia Militar não foi consagrada, pelo contrário ocorreu, na realidade, ao longo do tempo, seu ostracismo. Em outras palavras, foi ofuscada no meio acadêmico, que a aproximou ainda mais das ciências militares.

Sem sombra de dúvidas, a Geografia Militar surgiu antes de uma Geografia Política, com o intuito de responder aos tempos mais belicosos, de alcançar a paz, manter a posse do território e seu controle e sustentar impérios e Estados. Sua essência é a arte da guerra, cuja finalidade nem sempre é a destruição total do oponente, e sim, às vezes, ficar no comando, no controle, ampliando os domínios territoriais para os soberanos, monarcas, chefes de Estado.

Passados cento e quarenta e sete anos de oficialização da Geografia como ciência e de centro vinte anos da institucionalização da Geografia Política, a Geografia Militar emerge como elemento essencial nas análises espaciais, calcada em questões relacionadas ao armamento bélico diante da Nova Ordem Mundial.

As implicações disso ocorreram de diferentes formas, nos mais variados lugares do mundo. No Brasil, a questão militar ganha força na Amazônia brasileira e na costa litorânea, em função do armamento dos países sul-americanos. O estímulo veio das grandes potências como Estados Unidos e Inglaterra.

Na verdade, estamos perante uma mudança de concepção geográfica. A Geopolítica, entendida como uma política de Estado de projeção de poder nos âmbitos interno e externo, visava à hegemonia brasileira em detrimento de um novo cenário impositivo de militarização da América do Sul, portanto é reflexo de uma militarização de alguns pontos do território brasileiro. Todavia, a Amazônia, em função dos seus recursos e de sua grande extensão territorial e do cerco militar existente, requer a substituição da Geopolítica por uma Geografia Militar, a fim de garantir o controle e a proteção do território.

ASCENSÃO DE UMA GEOGRAFIA MILITAR EM DETIMENTO DE UMA GEOGRAFIA POLÍTICA AMAZÔNICA

Pensar em Amazônia é diretamente ligá-la à questão militar, que se origina com o processo de formação do território amazônico, em 1616, com o Forte do Presépio, que sediou a futura cidade de Belém-PA. Sua instalação objetivava, na prática, ser um ponto avançado de incursões em direção à incorporação da Amazônia Ocidental pelos portugueses, intentando assegurar e controlar o território contra a entrada de holandeses, franceses, ingleses e espanhóis no território lusitano.

Para Prado Jr (2004), a questão portuguesa em torno do território brasileiro estava relacionada à proteção das atividades econômicas, tendo em vista a exploração da cana de açúcar no litoral. Era necessário protegê-lo, resguardá-lo e garantir futuras explorações. A estratégia era baseada na geografia de fortes que se instalavam em torno de toda a Amazônia sobre seus grandes rios. Resende (2006) discute a função institucional da política das fortificações, militarmente pensada espacialmente.

A fundação de Belém foi fortemente motivada por razões diretamente relacionadas a uma preocupação estratégica, o controle da vasta região da

Amazônia. Os portugueses decidiram, simplesmente, fechar sua porta de acesso. A construção do Forte do Presépio, núcleo original da cidade de Belém, asseguraria o objetivo (REZENDE, 2006, p. 54).

O período colonial foi, indubitavelmente, como apontado por Rezende (2006), um momento de ascensão, por nós reconhecido como Geografia Militar, que foi sucedido por períodos de projeções, conquistas e influências, que se arrastaram do Império à República Velha e refletiram nos países limítrofes da Amazônia. Não iremos, porém, aprofundar essa temática, visto que não faz parte de nossa análise, no entanto cabia a necessidade de mencioná-la em função da análise temporal feita a seguir.

Passando esses períodos históricos, o que se observa é uma ação pendular, agora do Estado brasileiro em direção à Amazônia, em alguns momentos, uma ação geopolítica e, outras vezes, em direção à Geografia Militar. É no período denominado República Nova, que se estende de 1934 -1964, que o país vai em busca definitiva desse imenso território, abarcado pelas duas concepções mencionadas.

Consoante apontado por Ribeiro (1998), ocorre uma projeção interna voltada para a integração territorial e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento das fronteiras por caminhos de acesso, através de vias terrestres, objetivando a instalação de uma nova organização territorial na região. Lima *et al* (2012) expõem essa fase da seguinte maneira.

Na fase integrativa a Amazônia aparece com o seguinte slogan “integrar para não entregar”. Em 1966, com a intenção de viabilizar a ocupação econômica, é criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), sua área de atuação é de 60% do território nacional, o BASA será grande agenciador de investimento na região (LIMA et al., 2012, p. 26).

Outras ações tinham essa perspectiva, como a denominada Operação Amazônia, a qual tinha, como finalidade, a criação de um conjunto de infraestrutura, fundos para região, incentivos fiscais, sendo que cabia orquestrar tudo isso a Superintendência da Amazônia (SUDAM). O tipo de política em questão estende-se para além desse período, desembocando no surgimento da Zona Franca de Manaus (ZFM), em 1967, pelo governo militar. Seu eixo não fugia dos programas da República Nova, isto é, desenvolvimento e proteção territorial.

Saindo desse período e adentrando os anos de 1960 a 1980, a Amazônia vive um período de grande relevância, conforme Nogueira (2007). O território passa a ser a parte central das políticas estatais. É com os militares que a Geografia Militar terá um maior peso, em função da logística da região e preocupações históricas em torno de uma possível invasão da região por países estrangeiros.

Em 1940, por exemplo, Lígias Rodrigues (1947) apontava a fronteira como algo belicoso, devido à presença das forças armadas colombianas e brasileiras que se intensificavam na região conhecida como Zona do Trapézio colombiano, onde se localiza a cidade de Letícia (Col), que faz fronteira com a cidade brasileira de Tabatinga, noroeste do território amazônico. Desse modo, necessitava de uma atenção especial, por se constituir ponto doloso (*Punctum Dolens*) na fronteira que poderia desencadear uma guerra envolvendo outras potências, em razão de uma possível disputa pelo acesso à bacia de drenagem do rio Amazonas. Conseqüentemente, uma ação e análise militar fazem-se presentes na região, com o fim de garantir a segurança do território.

Quanto ao pensamento militar, merece destaque a figura de Couto e Silva (1967), que, ao pensar a Amazônia nos anos 1950, pensa pela ótica da mobilidade das tropas militares no país contra uma invasão e a favor da proteção do território. Couto e Silva (1967) expõem seu pensamento através da análise da espacialização do território e sua logística, mostrando que a Geografia Militar é maior do que uma Geopolítica de Projeção, por meio da ação do litoral no Atlântico Sul.

Ainda nos Anos de 1950, temos a figura de Meira Mattos, um dos últimos representantes da denominada Geopolítica Clássica, que considera a fronteira como núcleos de postos avançados com os seguintes pilares: desenvolvimento econômico e política militar conjugam através da teoria dos núcleos de desenvolvimento fronteiriço.

Mattos (1980) não só propõe uma projeção brasileira nas áreas limítrofes, mas também, e principalmente, uma proteção das fronteiras, nos moldes da Geografia Militar. Passados 401 anos, as questões militares nunca deixaram de existir, logo, no século XXI, permanecem acesas.

A Geografia Militar intensificou-se com as disputas da constituição de novos polos de poder e as velhas demandas das nações ricas pressionando os países periféricos ou potências emergentes, tendo em vista os recursos territoriais existentes através do cerco militar.

No caso amazônico, observa-se a militarização da região, através de bases norte-americanas, pelos países internacionais que fazem o seu entorno com a Amazônia brasileira (Figura 1), de acordo com Costa (2009).



Figura 1 – Bases norte-americanas na América do Sul
Fonte: <<http://confins.revues.org>>. 2009.

Costa (1999) destaca o cerco formado pelos Estados Unidos. Segundo o autor, isso desperta preocupações dos países que compõem a região, pois a concentração das bases marca agora a presença militar, criando uma barreira na fronteira brasileira. Além dessa nova realidade, existe um mosaico de situações na Amazônia.

As disputas fronteiriças entre Peru e Equador, Colômbia e Venezuela, o poder armamentista das Forças Revolucionárias Colombianas (FARC) e a consequente militarização do governo colombiano, com o apoio norte-americano, para inibi-la, a subida de regimes populistas na Bolívia e Venezuela, as convulsões sociais na nação venezuelana, tudo isso traz uma preocupação imediata ao governo brasileiro e às Forças Armadas.

Caminhamos para o processo de militarização da Amazônia, como reação aos problemas existentes, ocasionando uma substituição de uma visão geopolítica para uma geopolítica militar. Neste sentido, o mapa abaixo (Figura 2) apresenta as guarnições militares que aumentaram no final do século XX, muitas delas deslocadas das regiões do sul e sudeste do país.

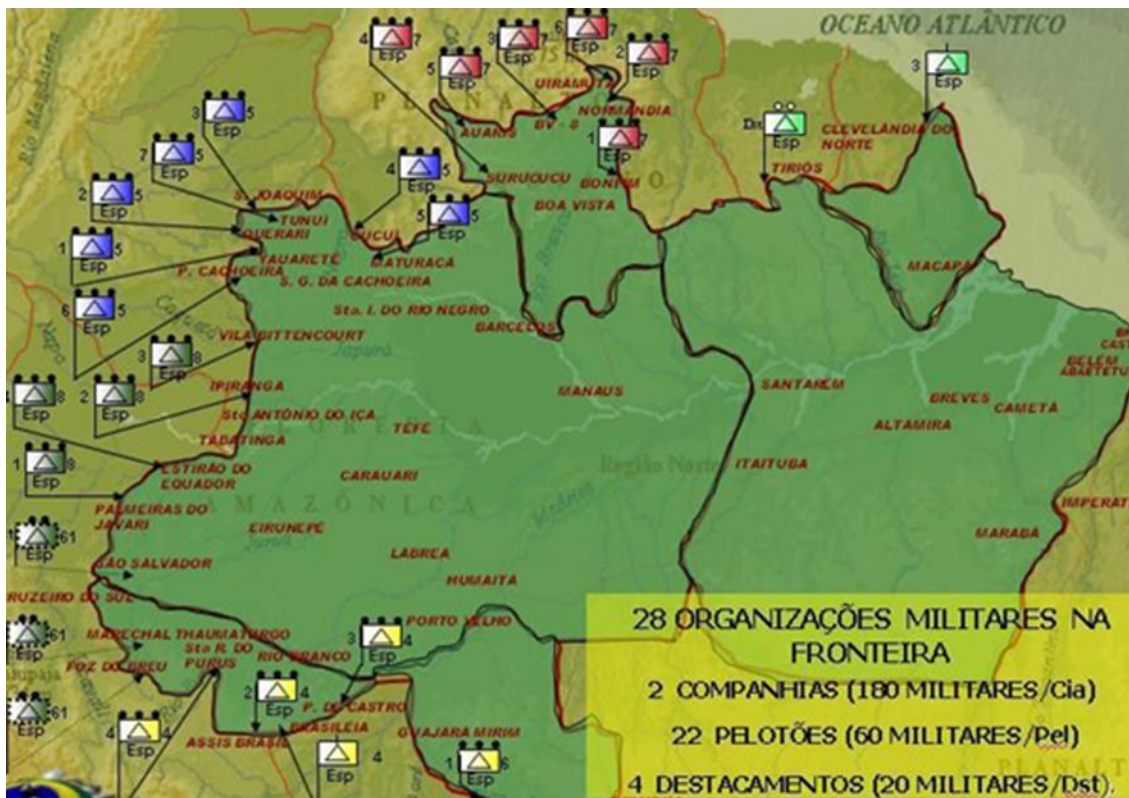


Figura 2 – Geografia Militar da Amazônia Fronteiriça
Fonte: <<http://segurancanasorganizacaoes.com>>.

Ao analisarmos as fronteiras amazônicas (Figura 2), fica explícito que a geografia fronteiriça é uma geografia militar baseada na proteção e no controle do território. No caso amazônico, ela origina-se antes de uma geografia política, como já visto, e é enfraquecida por situações beligerantes, o que fortalece a geografia militar.

Silva (2007) analisa a força militar como um elemento estruturante na constituição da região amazônica.

O novo cenário estratégico da geopolítica amazônica tem sido caracterizado por vários fatores pela ampliação de bases militares na região; pela realização de operações conjuntas e do emprego integrado das três forças; intensificação da participação das Forças Armadas em várias ações de cunho social e; ainda, pelo estabelecimento de uma parceria mais estreita com os órgãos e instituições públicas e com outras instituições que atuam na Amazônia (SILVA, 2007, p. 67).

As políticas territoriais, no momento atual, aparecem permeadas pela vocação militar em função dos problemas emergentes, que passou a ser uma questão primordial na agenda brasileira. O Brasil não conseguiu consolidar seu processo geopolítico, apesar das ações dos Estados voltadas para a produção da malha programada e para o controle da região (BECKER, 2005). Os problemas de militarização e entrada dos Estados Unidos na

Amazônia internacional fizeram o país caminhar em direção a uma geografia militar como estratégia de ação, controle e proteção do território. Nesta direção, pontua Costa (2012):

Relacionado aos contenciosos no continente sul-americano, outro óbice a ser considerado é a ocorrência eventual de uma possível corrida armamentista na região. A possibilidade de competição e a geração de tensão entre países ressentidos por qualquer questão podem trazer sérios entraves às políticas de integração. Mesmo com o estabelecimento do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), a necessidade de atualizar os arsenais das Forças Armadas; as pressões externas para venda de armas; o potencial desenvolvimento da indústria de defesa brasileira; as alianças estratégicas entre Venezuela e Rússia, Venezuela e China, Brasil e França, Colômbia e Estados Unidos etc.; são realidades que, se não administradas convenientemente, podem converter-se em graves obstáculos à integração da América do Sul (COSTA, 2012, p. 65).

O processo de integração aparece como um atenuante para o período atual, por exemplo a ação diplomática brasileira e o Tratado de Cooperação Amazônica surgido nos anos de 1980. O Brasil tem procurado proximidade com os países sul-americanos, a fim de afastar os interesses externos pela Amazônia.

Com a entrada de diferentes fluxos, como circuito ilegal do narcotráfico, entrada e saída de pessoas em função da biopirataria, fluxos econômicos ilegais, outras ações foram tomadas, a saber, o Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM –, que constitui um importante sistema de monitoramento na região.

Uma nova geografia militar operacional passou a ter como base o centro nevrálgico do território localizado em Brasília. Todas as informações são processadas, e o Comando das Forças Armadas é parte constituinte dessa ação, que não se restringe apenas à satelização, mas também à percepção da região continental, que passa a ser monitorada e acompanhada pelos países vizinhos amazônicos.

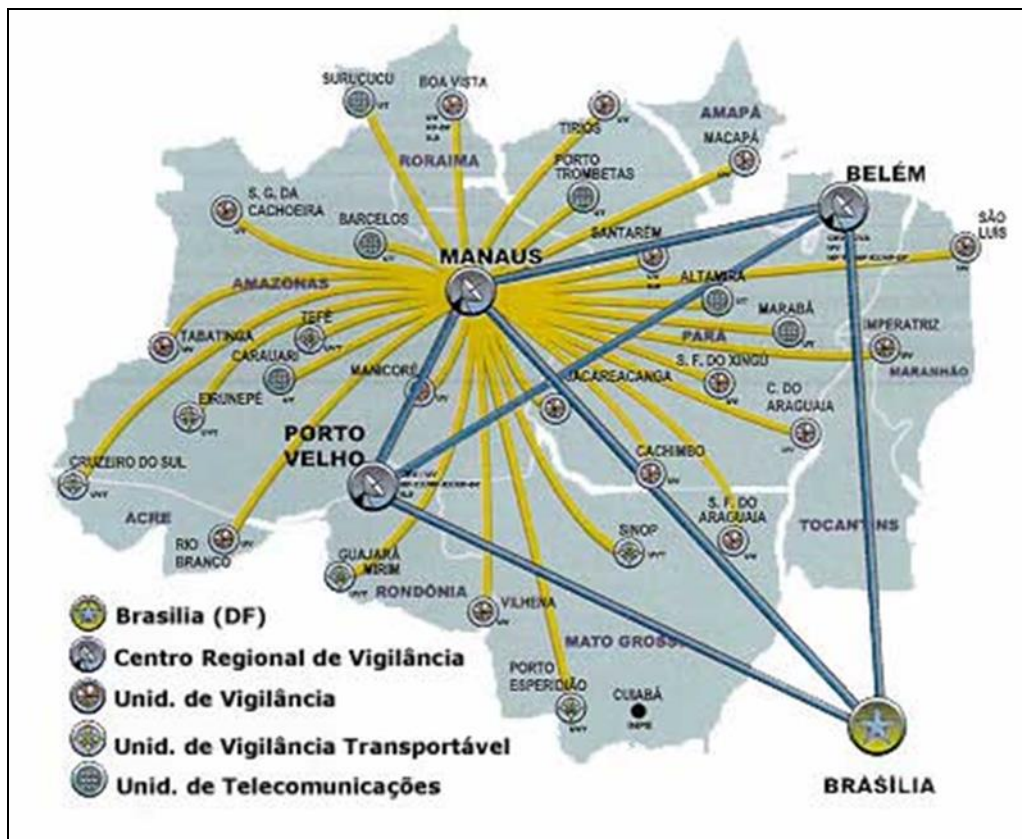


Figura 3 – Monitoramento Militar Moderno Amazônico

Fonte: <<http://socioambiental.org>>.

As engenharias modernas das telecomunicações (Satélites, Radares, Internet etc.) servem de base em tempo rápido para novas investidas e intervenções integradas em todo território amazônico. Foucher (2009) coloca da seguinte forma.

Assim, o SIVAM possui um forte componente de segurança complementar mobilização em solo, de 23 mil soldados próximos à fronteira colombiana, desde 2002, e à instalação de novas bases militares, sendo algumas acessíveis às forças americanas. Ele serve de base para a cooperação militar como o Equador e Peru. A prevenção de ameaças que pensam sobre a Amazônia, território de 5,5 milhões de quilometro quadrados, é a primeira prioridade das forças armadas brasileiras (FOUCHER, 2009, p. 70).

As questões relacionadas à prevenção de investidas na Amazônia passam a ter a engenharia militar e a Geografia Militar como parâmetros futuros, como já abordado. Esse ramo de Geografia tende a se valorizar na Amazônia pela importância da dimensão do seu território, de seus recursos no mercado mundial e a pressão militar que vem passando. Entretanto, alguns empecilhos devem ser resolvidos, como cortes nas Forças Armadas por parte do Estado brasileiro e a falta de incentivo ao desenvolvimento tecnológico militar.

A desmitificação de uma geografia militar com algo totalitário, ligado a uma geografia dos generais deve ser feita. Ademais, seu emprego deve ser conhecido para

incentivar o planejamento do país, demonstrando que as Forças Armadas são fundamentais para a segurança de qualquer país. Não diferente, são imprescindíveis à Amazônia hoje, a qual é um terreno fértil para seu desenvolvimento.

O processo de militarização no continente sul-americano e as pressões das grandes potências pelo mar e terra, no momento atual, tendem a aumentar em torno do Brasil. Assim, os problemas enfrentados pelos países andinos quanto às suas Amazônias e à aproximação dos Estados Unidos trazem uma nova era para a Geografia Militar.

CONCLUSÃO

A Geografia Militar é cada vez mais importante nas interpretações geográficas, somente uma nova (re) descoberta do valor dessa ciência poderá trazer à tona novos fatos na leitura do território, nas formas novas de pensar e analisar a geografia através de novas análises espaciais.

O cenário atual da América do Sul revela nuances que demonstram uma tendência à militarização. O Atlântico Sul aparece com inúmeras bases inglesas após as recentes descobertas do Pré-Sal e, conseqüentemente, à preocupação com as questões relacionadas a esse recurso. Pensando em um cenário mais localizado e amplo ao tratarmos da riqueza dos oceanos, temos a Amazônia Azul, a qual é uma área estratégica, de grandes recursos marinhos.

Com efeito, a ideia de um submarino nuclear e, ao mesmo tempo, de uma frota armada da marinha e sua modernização deve ser parte das diretrizes do governo brasileiro. Portanto, o Brasil volta-se novamente à necessidade de um poder marítimo em função das questões estratégicas para seu desenvolvimento.

Uma Geografia Militar começa a se (re)fazer devido à grande riqueza de recursos naturais do país. O cerco já é presente em bases dispostas no oceano e, no vértice continental, deparamos com o cerco continental norte-americano, por isso há a urgência das intensificações das ações, que devem aumentar com a construção de arsenal maior de persuasão.

A militarização da Amazônia Continental internacional reforça a análise de que as formas de atuação do Estado brasileiro, como a mudança de guarnições de outras regiões do país para esta área, a implantação do SIPAM, somados aos problemas de convulsões sociais causados por governos nacionais-populistas e fricções nas fronteiras de países andinos próximos à Amazônia, constituem uma nova forma de concepção geográfica.

Grosso modo, a Geografia Militar objetiva a posse, o controle e a soberania do território. Apesar do aumento dos batalhões e do contingente militar em terra, a necessidade de modernização e de operacionalização do exército e das demais forças ainda é grande no concernente a aparatos tecnológicos. Outra demanda é quanto ao desenvolvimento e à popularização da Geografia Militar no cenário amazônico.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. “Geopolítica da Amazônia”. **Estudos Avançados**, n. 19, p. 71-86, jan./abr. 2005.

COSTA, Alex Lima Vander. **Integração sul-americana: tm teorema sem fim**. 2012. 88 f. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: Edusp, 2010.

COSTA, Wanderley Messias da. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. **Confins** [Online], n. 7, 2009.

COUTO E SILVA, Golbery. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

FOUCHER, Michael. **Obsessão por fronteiras**. São Paulo: Radical Livros, 2009.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra**. Tradução Maria Cecília França. Campinas, SP: Papirus, 1988.

LIMA, Wendell teles de; SILVA, Iatiçara Oliveira; SOUZA, Lucileyde Feitosa. Breve retrospectiva das estratégias geopolíticas de incorporação territorial da Amazônia brasileira. **RA'E GA – o espaço geográfico em análise**, Curitiba, n. 24, p. 18-37, 2012.

MATTOS, Carlos Meira. **Uma geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Amazônia Continental: Geopolítica e Formação das Fronteiras**. Manaus: Edições do Governo do Estado, 2007.

PAULA CIDADE, Francisco de. **Síntese de três Séculos de Literatura Militar**. Rio de Janeiro: Impresso no Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 1959.

PELTIER, Percy. **Military Geography**. Princeton, New Jersey: D. Van Nostrand Company, INC. 1985.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e ocupação da Amazônia brasileira no período colonial**: a definição das fronteiras. 2006. 253 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Filipe Giuseppe Dal Bo. **A geografia militar no Brasil**: A questão nacional brasileira. 2015. 275f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2015.

RIBEIRO, Filipe Giuseppe Dal Bo. **A nova geografia militar**: Logística, Estratégia e Inteligência. 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2010.

RODRIGUES, Lysias A. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Obras da Biblioteca Militar, 1947.

SILVA, Altiva Barbosa da. **Geopolítica na Fronteira Norte do Brasil**: o papel das forças armadas nas transformações sócio-espaciais do Estado de Roraima. 2007. 187 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COUTO e SILVA, Golbery. **Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo e Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.

WEIGERT, Hans W. **Geopolítica Generales y Geografos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.